



Prefeitos buscam apoio para recuperar finanças municipais

Jonas Pereira/Agência Senado



Em encontro com prefeitos, Sarney diz que situação pode levar à demissão de servidores e prejudicar serviços públicos

Mais de 1.500 gestores de cidades realizam encontro no Senado e entregam ao presidente da Casa, José Sarney, reivindicações que serão encaminhadas a Dilma

Uma comitiva de prefeitos entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, documento com reivindicações para recuperar as finanças das prefeituras. Segundo eles, ações do governo federal para estimular

a economia reduziram repasses aos municípios, que estão com dificuldade para fechar as contas. Sarney deve encaminhar os pedidos à presidente Dilma Rousseff. O assunto foi tratado por senadores em pronunciamentos. **4**

Sarney defende sanção do projeto sobre royalties **4 e 5**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Comissão debate com governadores e secretários estaduais a medida provisória que visa reduzir as tarifas de eletricidade

Estados: MP do setor elétrico provocará perda de ICMS

Em audiência na comissão mista que analisa a MP do setor elétrico, representantes de cinco estados afirmaram que a medida provisória afetará o caixa de todos os governadores. O objetivo final da MP é baixar as tarifas de eletricidade. O ICMS, principal

imposto estadual, incide sobre as tarifas. Com elas mais baixas, o ICMS cobrado se reduz na mesma proporção. O governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, disse que o governo federal precisará conceder compensações financeiras aos estados. **5**

Joaquim Barbosa convida Sarney para posse na presidência do Supremo **2**

Governo foca origem legal da madeira para garantir produção de "aço verde" **6**

Comissão aprova inclusão unificada na internet de dados sobre obras da Copa **7**

Adiada votação do relatório preliminar para o Orçamento do próximo ano **6**

Violência contra índias preocupa CPI da Mulher **8**

Urgência na volta à Bahia de crianças adotadas **8**



José Cruz/Agência Senado

Eduardo Braga e Delcídio do Amaral na reunião da CAE que aprovou também dedução no IR de INSS de dependente

Desconto no IR por doação a escola pública

Pessoas físicas poderão deduzir do Imposto de Renda doações feitas a escolas e universidades públicas. O projeto foi

aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e vai direto à Câmara caso não haja recurso para votação no Plenário. **3**

Aprovada dedução de gasto com dependente **3**

MP que apoia alfabetização chega ao Congresso **3**

Joaquim Barbosa promete simplicidade no Supremo

Ao comparecer ao Senado para convidar Sarney para sua posse como presidente do STF em solenidade marcada para dia 22, ministro afirma que sua gestão terá clareza e transparência

O MINISTRO JOAQUIM Barbosa esteve ontem no Senado para convidar o presidente da Casa, José Sarney, para a posse dele como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), dia 22. Sarney confirmou presença na solenidade.

A reunião do futuro presidente do STF com Sarney durou alguns minutos, no Senado. Antes, Barbosa também entregou o convite ao presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS). Segunda-feira, ele já havia entregado o convite à presidente da República, Dilma Rousseff, que confirmou presença.

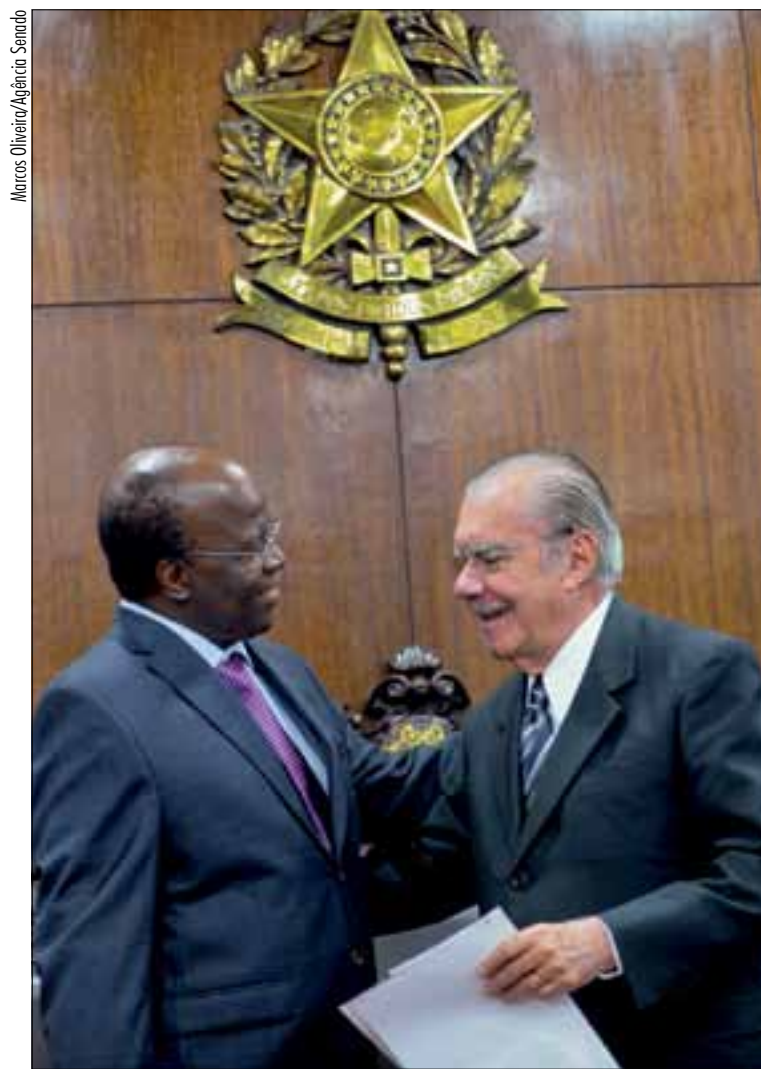
Perguntado sobre como se sentia assumindo a presidência do STF, sendo o primeiro negro no cargo, Barbosa afirmou que não há nenhuma diferença, mas que estava orgulhoso.

— É uma honra para mim e para 80 milhões de brasileiros — disse.

Sobre a forma de gestão na presidência da Suprema Corte, o ministro disse que todos os brasileiros já conhecem o estilo dele.

— Vou fazer uma gestão com muita clareza, muita simplicidade e muita transparência. Só isso — afirmou Barbosa.

O ministro também agradeceu a manifestação



Ministro entrega convite a Sarney, que confirmou presença à solenidade

positiva que vem recebendo de várias pessoas em relação ao trabalho que está sendo desenvolvido no STF.

— Agradeço muitíssimo. É um gesto de muita generosidade, carinho e de compreensão do trabalho que está sendo feito não só por mim, como também pelo tribunal.

Antes da posse oficial no cargo, Joaquim Barbosa assumirá interinamente a presidência do STF na segunda-feira, já que a aposentadoria compulsória do atual presidente da Corte, Carlos Ayres Britto, começa em 18 de novembro, data em que completa 70 anos.

Visitas guiadas usam teatro para celebrar a República

Em homenagem à Proclamação da República, comemorada em 15 de novembro, a Secretaria de Relações Públicas do Senado (SRP) realiza o Projeto Visite Encena, de amanhã a domingo. Nestes quatro dias, as visitas guiadas ao Palácio do Congresso serão feitas com a presença de atores caracterizados como personagens históricos.

Entre as figuras representadas, estarão a própria República e um senador do século 19, Aristides Lobo (1838—1896), que defendia a adoção do novo regime e era abolicionista.

Enquanto acompanham os visitantes, artistas do grupo brasiliense de teatro Caixa Cênica contarão fatos relevantes da República e da atuação do Congresso na consolidação republicana.

Esta é a segunda edição do Visite Encena, que tem como objetivo proporcionar ao público uma experiência dentro do conceito de “história viva”, envolvendo informação, diversão e interatividade.

Em abril e maio de 2010, no cinquentenário de Brasília, a SRP, em parceria com a Coordenação de Relações Públicas da Câmara dos Deputados, realizou o Projeto Visite Encena — história viva no Congresso Nacional.

Atores caracterizados como personagens históricos interagem com o público visitante durante o percurso das visitas guiadas, lembrando fatos marcantes da trajetória do Parlamento brasileiro e da inauguração de Brasília.

O projeto foi sucesso de público. Ganhou, ainda em

Esta é a segunda edição do projeto, que ganhou o Prêmio Opinião Pública em 2010

2010, o Prêmio Opinião Pública, concedido pelo Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas aos melhores projetos do setor no país. Muitos visitantes sugeriram que a iniciativa se repetisse, pelo caráter didático e lúdico proporcionado pela experiência das visitas dramatizadas.

Não é necessário agendar a participação no projeto. Serão distribuídas senhas no Salão Negro, nos dias das apresentações. A entrada é gratuita.

Programa-se

▶ O Visite Encena da República terá 24 apresentações, 6 por dia, de amanhã a domingo: às 9h30, 10h30, 11h30, 14h30, 15h30 e 16h30.

▶ Nos demais horários, das 9h30 às 17h, a visita ao Congresso acontecerá normalmente, a cada meia hora.

▶ Outras informações sobre o Programa Visite o Congresso na página www.senado.leg.br/visitecongresso

Por falta de quórum, votação da PEC dos Precatórios é adiada

Com 54 dos 81 senadores com presença registrada na Casa, foi adiada a votação da PEC dos Precatórios, principal item da pauta de ontem.

Essa proposta de emenda à Constituição (PEC 63/11) amplia até 31 de dezembro o prazo para estados e municípios aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios.

Para a aprovação de uma PEC, são necessários os votos favoráveis de pelo menos três quintos dos senadores (49).

A proposta, do senador licenciado Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovada em primeiro turno em março e está na segunda e última fase de votação no Senado. Caso seja aprovada, irá para a Câmara dos Deputados.

O regime especial de pagamento obriga os municípios a destinar de 1% a 1,5% das receitas correntes líquidas ao pagamento dos precatórios. Para os estados, o percentual é de 1,5% a 2%. Os valores das dívidas sofrem atualização monetária de acordo com as regras da

caderneta de poupança.

Metade dos recursos dos precatórios deve ser paga em ordem cronológica e à vista. A outra metade deve ser quitada por meio de leilões, em que o credor que concede o maior desconto sobre o total da dívida a receber tem o crédito quitado primeiro. Os pagamentos são feitos, ainda, por ordem crescente de débito ou por conciliação entre as partes. Ainda pelo regime especial, a quitação dos precatórios alimentícios e de menor valor têm prioridade sobre os demais.

Novo tribunal

Foi realizada ontem mais uma sessão de discussão da PEC 42/12, que cria um Tribunal Regional Federal (TRF) em Curitiba. Atualmente, os três estados da Região Sul são atendidos pelo TRF da 4ª Região, sediado em Porto Alegre.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR), primeiro signatário da PEC, argumenta que a criação do tribunal diminuirá os prazos e custos processuais.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Precatórios

14h Proposta que amplia até 31 de dezembro o prazo para estados, Distrito Federal e municípios aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios está na pauta.

PRESIDÊNCIA: Reunião da Mesa

11h José Sarney preside reunião da Mesa e, às 16h, ordem do dia da sessão plenária.

CCT: Jogos de azar e pornografia infantil

9h Votação de projeto que proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações de jogos de azar e pornografia infantil pela internet. Também na pauta projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

CCJ: Terras indígenas

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina, entre outros itens, proposta de emenda à Constituição que permite a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até 5 de outubro de 1988.

CI: Bagagem em ônibus interestadual

14h Na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, consta projeto que prevê o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

CDR: Política urbana

14h Análise de projeto que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Também deve ser examinada proposta que determina a alíquota máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados em turismo rural.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovado texto que deduz do IR doações a escola pública

Proposta, que irá para a Câmara dos Deputados, beneficia tanto colégios quanto universidades da rede pública; Blairo Maggi, autor do projeto, inspirou-se em experiências bem-sucedidas nos EUA

AS PESSOAS FÍSICAS poderão deduzir do Imposto de Renda (IR) as doações feitas a escolas e universidades públicas. A possibilidade está prevista em projeto (PLS 566/11) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta — que será enviada para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação no Plenário do Senado — limita a dedução ao teto anual de despesas com educação, hoje de R\$ 3.091,35.

Originalmente, o projeto

contemplava apenas as doações a instituições de ensino superior, mas uma emenda da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) incluiu as escolas de educação básica entre as beneficiárias.

A modificação foi aceita por Roberto Requião (PMDB-PR) em seu relatório, lido por Eduardo Braga (PMDB-AM).

O autor, senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), citou, em defesa da proposta, o caso da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, que conta

com apenas 20% de recursos oriundos dos cofres públicos. De acordo com o parlamentar, o restante é mantido por fontes privadas, que incluem, além dos valores pagos pelos estudantes matriculados, as doações de ex-alunos e de empresas.

— Embora seja uma instituição privada, paga, Harvard serve como exemplo de gestão de doações que o projeto pretende estimular nas escolas públicas superiores brasileiras — argumentou.



Comissão aprova texto de Vanessa (D) que dá ao Plenário nome de Ruy Barbosa

Investimento na educação de empregados pode ganhar estímulos

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que estimula o envolvimento dos empregadores no aumento da escolaridade dos empregados. O PLS 515/11 receberá votação final na CAS.

O texto aprovado é uma emenda substitutiva do relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para que não sejam consideradas como salário despesas do empregador com a educação do empregado.

O projeto muda ainda a Lei 8.212/91, sobre seguridade social, para que não façam parte do salário de contribuição as despesas com educação que não ultrapassem 20% do salário do empregado.

Na mesma reunião, a

comissão aprovou o PRS 9/12, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que denomina o Plenário do Senado como Plenário Ruy Barbosa. O relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), considera indiscutível a importância do homenageado. Nascido em Salvador, Ruy Barbosa foi deputado estadual e federal, senador e embaixador para a Corte de Haia, na Holanda.

Vanessa disse, após a votação do projeto, que, ao entrar pela primeira vez no Plenário e ver o busto de Ruy Barbosa, imaginou que a sala já tivesse o nome dele. Como a homenagem ainda não havia sido feita, a senadora decidiu tomar a iniciativa. Na presidência dos trabalhos, Lídice da Mata (PSB-BA) agradeceu a homenagem em nome do povo da Bahia.

Chega ao Congresso MP com incentivos para alfabetização

Chegou ontem ao Congresso Nacional a medida provisória que institui incentivos e apoio técnico e financeiro da União aos estados e aos municípios com o objetivo de promover a alfabetização de todas as crianças de até 8 anos (MP 586/12).

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa será apoiado financeiramente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação.

A MP 586/12 será analisada inicialmente por uma comissão especial mista de senadores e deputados federais. Depois, seguirá para a apreciação da Câmara e, em seguida, será encaminhada ao Senado.

De acordo com a exposição de motivos do governo, o objetivo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é proporcionar a todos os estudantes de até 8 anos proficiência em língua portuguesa e em matemática ao final do terceiro ano do ensino fundamental.

Ação federal cria oportunidades para crianças, diz Ângela

Ângela Portela (PT-RR) saudou o lançamento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, em que o governo pretende investir R\$ 2,7 bilhões até 2014 na alfabetização de 8 milhões de crianças de até 8 anos ao final do terceiro ano do ensino fundamental.

Ângela destacou que o plano prevê a formação de 360 mil professores, sob supervisão de 18 mil orientadores capacitados em 34 universidades públicas. Ela disse que o pacto é resultado de compromisso firmado pelo governo com todos os estados e 5.270 municípios. O compromisso inclui avaliações e apoio aos municípios, com supervisão, acompanhamento e controle do MEC.

— O pacto vem dar todas as condições às crianças em início de sua vida de ter igualdade de oportunidade. O lançamento do pacto nacional soa como uma música — disse a senadora.



Presidente da CAE, Delcídio do Amaral conduz encontro em que foram aprovadas novas deduções de valores do IR

Projeto permite dedução da previdência para dependentes do Imposto de Renda

O projeto que permite deduções no Imposto de Renda Pessoa Física quando houver gastos com contribuições previdenciárias para dependentes foi aprovado ontem na CAE.

Se não houver recurso para ser votado em Plenário, o Projeto de Lei do Senado 230/11 segue para a Câmara dos Deputados.

O autor da proposta, Paulo Paim (PT-RS), cita o exemplo

de quem contribui para a Previdência como autônomo e nem sempre tem condições de pagar a contribuição, que eventualmente, em algum mês, acaba sendo paga por outra pessoa, como alguém da família. Esta pessoa poderá deduzir as despesas com esse pagamento da base de cálculo do Imposto de Renda.

Antes de chegar à CAE, o texto tramitou na Comissão

de Assuntos Sociais (CAS), onde passou por algumas mudanças — também aprovadas pela CAE. A principal delas fixa um limite máximo para as deduções: 6% do total dos rendimentos tributáveis computados na base de cálculo do contribuinte.

O parecer favorável na CAE teve como relator Sérgio Souza (PMDB-PR). O projeto modifica a Lei 9.250/95.

Lopes é contra liberação de bebida alcoólica aos 16 anos

A proposta de criminalizar a venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos, feita pela comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de atualização do Código Penal, foi criticada por Eduardo Lopes (PRB-RJ). Segundo o senador, na prática, a medida irá estimular o consumo de álcool. Ele apresentou emenda ao projeto da reforma do código (PLS 236/12) a fim de elevar a idade para 18 anos.

— Estudos científicos comprovam que quanto mais precoce o consumo de álcool, mais resistência se adquire, e maior é a chance de desenvolver a dependência. O crescente consumo de bebida por crianças e adolescentes não carece de mais incrementos — disse.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), apontou Lopes, mostram que os brasileiros consomem 18,5 litros de álcool puro por ano e que o Brasil tem o quarto maior consumo de álcool das Américas, “o que evidencia a necessidade de aumentar impostos sobre o álcool e restringir as vendas de bebidas”.

Tomás pede investimentos em tecnologia agrícola para o Norte



Agropecuária (Embrapa) como uma das principais razões para o bom desempenho do setor.

— Rondônia não precisa de operações espetaculares e espetaculosas como a Arco de Fogo, de combate ao desmatamento ilegal, mas sim de investimentos em tecnologia que permitam à região produzir mais sem que haja desmatamento — disse.

O senador argumentou que, apesar de safras recordes e aumentos de produtividade, o crescimento da área plantada no Brasil tem sido pequeno, sobretudo diante da disponibilidade de áreas agricultáveis.

Comitiva de prefeitos entrega a Sarney reivindicações de municípios

Senador disse que, juntamente com o presidente da Câmara, levará a Dilma as sugestões para fortalecer as finanças das prefeituras

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e de uma comitiva de prefeitos que participam da Mobilização Permanente contra a Crise Financeira dos Municípios. O evento ocorreu no Auditório Petrônio Portella, no Senado, com a presença de mais de 1.500 prefeitos. Eles entregaram a Sarney um documento com várias reivindicações, com o objetivo de fortalecer as finanças dos municípios.

Segundo Ziulkoski, a renúncia fiscal do governo federal atinge diretamente os repasses para os municípios, diminuindo os recursos para investimento e prestação de serviços básicos.

— A estrutura dos municípios está corroída e a situação financeira está insustentável. O piso nacional dos professores, por exemplo, afeta em R\$ 7,5 bilhões as contas das prefeituras — afirmou.

O presidente da CNM mostrou preocupação com a questão jurídica, pois muitos prefeitos que estão deixando o cargo em 2012 podem não conseguir honrar compromissos, enfrentar problemas para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) e ser considerados fichas-sujas. Ziulkoski acrescentou que 2.500 prefeituras estão com dificuldades para pagar fornecedores.

Sarney sinalizou que vai



Entre Ana Amélia e Valdir Raupp, Paulo Ziulkoski coordena reunião de prefeitos: "Estrutura dos municípios está corroída"

pedir que o presidente da Câmara, Marco Maia, o acompanhe em uma visita à presidente Dilma para interceder pelos municípios. Ele lembrou que a situação pode levar a demissão de servidores e a dificuldades na prestação de serviços como saúde e educação.

— Mais importante que a bandeira política é a bandeira social. O Senado sempre teve a consciência de que deve solucionar as questões dos municípios e dos estados — disse.

Reivindicações

De acordo com Ziulkoski, o documento entregue ao Senado busca, entre outras medidas, a reposição dos recursos desonerados do Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI), que reduziu o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no valor de R\$ 1,8 bilhão. Também pede a reposição dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) nos combustíveis, que foi zerada pelo governo federal, retirando dos municípios um repasse de R\$ 595 milhões.

Outra reivindicação é a complementação da União ao Fundeb, no valor de R\$ 10,4 bilhões, e a edição de uma medida provisória (MP) específica, repassando para estados e municípios o valor de quase R\$ 500 milhões, para compensar perdas com exportações.

Ziulkoski disse que muitos municípios estão dando férias coletivas, restringindo horários

de trabalho dos servidores e pensando em demissão. Ele lembrou que são quase 6 milhões de servidores empregados nas prefeituras. De acordo com o presidente da CNM, limpeza e iluminação pública são alguns dos serviços já afetados pela crise financeira.

— Levantamento de agosto aponta que mais de 800 municípios estão com salários atrasados — lamentou.

Romero Jucá (PMDB-RR), que acompanhou a reunião, sugeriu uma repactuação das dívidas dos municípios com o INSS. A parcela é automaticamente debitada no repasse do FPM. Como o valor do repasse baixou e a parcela do INSS é fixa, os municípios ficam com menos recursos no orçamento.

Alvaro diz que governo federal "faz caridade com chapéu alheio"

Em defesa de mais repasses aos municípios, Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a concentração de recursos com a União. Ele disse que o "governo tem feito cortesia com o chapéu alheio ao oferecer incentivos fiscais".

Depois de cobrar a rediscussão do pacto federativo, o senador lembrou que dois projetos seus corrigiriam distorções. Um incorpora recursos das contribuições sociais aos fundos de participação de estados e municípios; outro determina que isenções devem ser custeadas pela União. Alvaro fez ainda um apelo para que a presidente Dilma Rousseff não vete o projeto que redistribui os royalties do petróleo.

"Situação é injusta", afirma Casildo Maldaner em apoio aos gestores

Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um alerta ontem para o risco de milhares de prefeituras não conseguirem "fechar suas contas" este ano. Em pronunciamento, ele manifestou apoio à reivindicação de prefeitos por mais recursos do governo federal.

O senador lembrou que os gestores poderão ter problemas com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê penas que podem chegar a quatro anos de prisão e incluir multa de 30% do salário.

— A situação é injusta, no mínimo. Prefeitos correm o risco de se tornar ficha-suja e enfrentam, inclusive, ameaça de prisão, por razões completamente alheias a seus atos.

Lúcia Vânia cobra revisão de distribuição de verbas a prefeituras

Ao analisar a crise financeira dos municípios, Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou do governo mais recursos para prefeituras. Segundo ela, a solução passa pela revisão do pacto federativo. A senadora acredita que a nova divisão dos royalties e a descentralização da produção de bens e serviços públicos podem contribuir para reduzir as "fortes disparidades regionais". Ela também cobrou uma distribuição mais justa dos tributos.

— Cerca de 3.000 prefeitos poderão ter contas contestadas no fim de 2012, por causa da questão fiscal resultante do aumento das atribuições e do baixo crescimento das receitas municipais — disse Lúcia Vânia.

Agripino: municípios estão pagando a conta da política econômica

As prefeituras estão sofrendo as consequências de uma administração econômica defeituosa por parte do governo federal nos últimos anos. A opinião é de José Agripino (DEM-RN). O senador enfatizou, por exemplo, que a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos autônomos prejudicou as prefeituras, já que o Fundo de Participação dos Municípios é formado por esse tributo e pelo Imposto de Renda.

— Se o governo adotou remédio que foi bom para manter o emprego nas montadoras de automóveis, na construção civil, foi muito ruim para as finanças municipais — afirmou.

Para presidente do Senado, texto aprovado apazigua briga por royalties do petróleo

Na avaliação do presidente do Senado, José Sarney, o projeto de lei aprovado nas duas Casas do Congresso sobre a divisão dos royalties do petróleo entre a União, os estados e os municípios está bom.

— Foi um projeto negociado não só com os estados, mas também com os deputados. Ele saiu da Câmara votado na sua integridade. Acredito que a presidente Dilma Rousseff vai cumprir o seu dever de examinar o projeto. Ela pode vetar, mas acho que o projeto servirá muito bem para apaziguar essa questão dos royalties — disse.

O impasse sobre a redistribuição dos royalties do petróleo ressurgiu nos últimos dias na Câmara e no Senado.

Além da disputa por recursos perdidos pelo Rio de Janeiro e Espírito Santo com aprovação do PLS 448/11, houve debate em razão de um lapso que ocorreu na adequação do parecer aprovado no Senado — com a tabela proposta para repartição dos royalties de 2012 a 2020 — ao texto final enviado à Câmara. Não foi explicitada na redação a diminuição de 3% para 2%, a partir de 2017, no valor referente aos municípios afetados.

A imprecisão foi classificada como formal, e corrigida no texto encaminhado para sanção presidencial. Mas alguns senadores consideram que a imprecisão é de conteúdo, o que exigiria uma nova tramitação do texto.

Collor aponta esfacelamento institucional devido a desequilíbrio entre os Poderes

O desequilíbrio entre os Três Poderes provoca "esfacelamento institucional", afirmou Fernando Collor (PTB-AL). O senador disse que as contendas entre Legislativo e Executivo causadas por medidas provisórias, vetos e projetos sobre o Código Florestal e a divisão dos royalties do petróleo devem desaguar no Supremo Tribunal Federal (STF), tornando os ministros da Corte Suprema os agentes públicos com maior poder na República, onde deveria haver equilíbrio.

Collor disse ainda que o Judiciário hoje tem os maiores índices de credibilidade, mas seus membros são escolhidos por nomeação ou via carreira, sem participação popular.

— Temos que questionar onde está a falha. Por que as autoridades escolhidas diretamente pela população são exatamente aquelas em que as pessoas menos acreditam e menos confiam? — indagou.



Paulo Ziulkoski

Vanessa pede que Dilma não vete projeto dos royalties

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez ontem um apelo à presidente Dilma Rousseff para que não vete o projeto de redistribuição dos royalties do petróleo. O texto (PLS 448/11), aprovado na semana passada

pelos deputados, ainda depende da sanção da presidente.

— Estou junto de todos aqueles que defendem o não veto à lei que estabelece uma forma mais justa, uma forma mais democrática de redistribuição dos royalties — disse.

A senadora afirmou que, mesmo no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, estados produtores contrários à nova distribuição dos royalties, a maior parte dos municípios terá o repasse aumentado.

Lopes afirma que Rio de Janeiro e Espírito Santo recorrerão ao Supremo

Se a presidente da República não vetar o projeto que muda os critérios para partilha dos royalties de petróleo, aprovado pelo Congresso, os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo recorrerão ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir seus direitos, afirmou o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

O projeto que define novos percentuais para a distribuição do montante proveniente da exploração do recurso mineral está nas mãos de Dilma Rousseff para sanção.

— Apenas os novos campos que serão

Nascimento quer acordo para que se vote logo regra do FPE

Alfredo Nascimento (PR-AM) pediu um "entendimento equilibrado" entre os parlamentares para viabilizar a aprovação da nova partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O senador lembrou que uma decisão é urgente, já que o Supremo declarou inconstitucional a atual forma de distribuição de recursos do FPE e concedeu prazo até o fim do ano para que o Congresso defina novas regras. Ele alertou para o risco de o governo ficar impedido de repassar R\$ 50 bilhões para os estados no ano que vem. Nascimento disse que o governo tem mostrado disposição de buscar soluções, mas isso não basta.

— A situação exige uma contribuição da parte do Senado.



Alfredo Nascimento

Com MP do setor elétrico, estados perderão ICMS

Em audiência pública realizada pela comissão mista que examina a Medida Provisória 579/12, os governos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Pará exigiram uma solução negociada com o governo federal para evitar as perdas tributárias que, segundo argumentaram, serão efeito inevitável da redução nas tarifas de energia elétrica.

A discussão de normas que aumentem a eficiência e a produtividade no setor elétrico, afirmou que a MP prejudica os estados ao provocar redução na receita de ICMS, enquanto o governo federal só abriu mão de "tributos irrelevantes" sobre a energia.

porque certamente o governo federal terá que tomar alguma medida compensatória — afirmou.

O governador do Pará, Simão Jatene, protestou contra as seguidas perdas tributárias sofridas por seu estado, já prejudicado pelos efeitos da Lei Kandir, e calcula que a MP do setor elétrico provocará uma queda de 10% na receita de ICMS do Pará. Para Jatene, o Brasil precisa repactuar sua Federação:

Governador de MG diz que governo federal deverá compensar queda de receita estadual

Federação fraca

O governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, disse considerar que a Federação brasileira está enfraquecida, com a concentração de recursos na União e o aumento de encargos sobre os estados.

Anastasia, que apoiou medidas que contribuam para a redução do custo Brasil como um todo, criticou o "tratamento desigual" destinado à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) na medida provisória, algo que preocupa mais que a perda de ICMS:

— A redução na arrecadação não me parece o núcleo duro,

de decisões seguras da empresa diante da medida provisória, ressaltando que a arrecadação menor pode afetar investidores e abalar a segurança dos empregados.

Zimmer disse julgar necessária a revitalização das empresas elétricas de modo a afastar o risco de apagões.

— Os ativos são antigos e precisam ser revitalizados. Na ausência de uma garantia de ressarcimento desses investimentos, muitas substituições não serão feitas — lembrou.

Falência

Luiz Fernando Pezão, vice-governador do Rio de Janeiro, disse considerar que a perda de ICMS abala o grande esforço dos estados para manter-se dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para ele, a redução na arrecadação de impostos e a perda nos royalties relativos à exploração de petróleo dos estados produtores apontam para a "falência total" do Rio de Janeiro:

— Perder R\$ 500 milhões é uma tragédia para qualquer estado brasileiro.



Participam do debate sobre a medida provisória do setor energético Lindolfo Zimmer, Renan Calheiros, Jilmar Tatto, Antonio Anastasia, Simão Jatene e José Aníbal

Senado convidará ministro para discutir apagões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem pedido de Eduardo Braga (PMDB-AM) para que o ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, discuta no Senado os recentes apagões em diversas partes do país. Como o convite já havia sido aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a audiência será conjunta. O ministro titular, Edison Lobão, está em licença médica.

Também foi discutido o PLS 56/12, de Pedro Taques (PDT-MT), que fixa um marco legal para obras públicas, com tipificação legal para práticas irregulares. O texto não foi votado porque Armando Monteiro (PTB-PE) pediu vista.

Além disso, a CAE aprovou dois projetos que permitem deduções da base de cálculo do imposto de renda de pessoa física: o PLS 566/11, para doações a instituições públicas de ensino superior; e o PLS 230/11, para a contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios. Ambos irão à Câmara, caso não haja recurso para votação no Plenário.

Inácio diz que Petrobras vai construir refinaria no Ceará

Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou ontem decisão da Petrobras de construir a refinaria Premium II, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em seu estado. O empreendimento terá capacidade de processar 300 mil barris de petróleo por dia.

— Não se trata da redenção, mas de um impulso jamais alcançado pelo nosso estado. É um investimento de US\$ 15 bilhões — disse.

O senador lembrou que um número significativo de empresas vai girar em torno da refinaria, seja na área industrial, seja na de serviços, com impacto no desenvolvimento do estado e do Nordeste.

Segundo o senador, a presidente da Petrobras, Graça Foster, garantiu que a refinaria sairá do papel, independentemente de o governo encontrar um sócio para o projeto.

— Ela colocou para mim que a refinaria é irreversível, tenha sócio ou não.

Cooperativas de energia rural têm apoio de Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse que cooperativas de energia rural merecem tratamento diferenciado em relação às grandes concessionárias de energia elétrica. Ela anunciou a apresentação de quatro emendas à MP 579/12, que trata da renovação das concessões de geração e distribuição de energia e reduz a tarifa. Para a senadora, as mudanças propostas pela MP não podem impactar negativamente as cooperativas de eletrificação rural porque elas operam em áreas carentes, de difícil acesso e não ficam com o "filé mignon" do setor.

As emendas 176 e 178 pretendem que cooperativas tenham padrões de custo compatíveis com o cooperativismo. A emenda 177 permite que 30% da chamada energia velha seja destinada a leilão. Já a emenda 179 prevê a retomada do regime cumulativo dos impostos que incidem sobre o setor, para aliviar a carga tributária. Ana Amélia criticou os "gatos", pediu metodologias de cálculo específicas para as tarifas de luz e cobrou transparência nas obrigações das concessionárias.

Governo quer mais controle sobre madeira que alimenta siderúrgicas

Ministério disse trabalhar para que se fiscalize legalidade da origem do carvão vegetal, combustível da indústria de ferro-gusa

PROMOVER A PRODUÇÃO sustentável do carvão vegetal usado na siderurgia e fomentar a gestão de carbono na indústria nacional para controlar as emissões de gases e o uso de energia são os principais objetivos dos planos setoriais de mitigação e adaptação desses setores à mudança climática, segundo o Ministério do Desenvolvimento.

Os planos foram apresentados aos senadores e deputados numa audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

A coordenadora-geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Desenvolvimento, Beatriz Martins Carneiro, informou que os planos setoriais da indústria e da siderurgia para o enfrentamento das mudanças climáticas estão inseridos no Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento, esses planos objetivam incentivar a competitividade da indústria e da siderurgia.

— Hoje a indústria siderúrgica nacional está ociosa



Deputado Márcio Macêdo, presidente da comissão, entre Beatriz Carneiro e Demétrio de Toledo Filho, ambos do Ministério do Desenvolvimento

em 50% devido aos efeitos da crise financeira internacional iniciada em 2008 — disse.

Aço verde

Ela destacou que o Ministério do Desenvolvimento está em busca de parceria com o Ministério do Meio Ambiente para que ambos dividam a coordenação dos planos. O papel principal do Ministério do Meio Ambiente será a fiscalização e o acompanhamento da legalidade da madeira que origina o carvão vegetal usado na siderurgia para produção de ferro-gusa. Assim, o foco na origem da madeira garante a produção do “aço verde”, certificado como de baixa emissão de carbono e com matéria-prima de origem legal.

O coordenador substituto de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Desenvolvimento, Demétrio Florentino de Toledo Filho, informou que o plano setorial da indústria prioriza a redução de emissões de gases do efeito estufa, buscando aumentar a competitividade do setor. Para isso, o plano apresenta instrumentos para o controle das emissões dos processos industriais e de eficiência energética.

O trabalho prevê, segundo os representantes do Ministério do Desenvolvimento, incentivos fiscais e linhas de crédito específicas para fomentar a gestão de carbono e a aquisição de tecnologias de baixa emissão. Os setores que serão objetos do plano de mitigação

são os de alumínio, cal, cimento, ferro-gusa e aço, papel e celulose, química e vidro.

Segundo Toledo Filho, o plano setorial compreende ainda um banco de dados sobre o total de emissões e os processos que mais emitem, em busca de mecanismos de redução.

Já o plano do setor siderúrgico, segundo ele, busca a modernização da produção de carvão vegetal, com incentivo à troca de equipamentos e à capacitação técnica, e a sustentabilidade da matéria-prima. Junto a isso, haverá aumento de florestas plantadas, rastreamento da origem da madeira, organização da cadeia de fornecedores e controle do metano no processo de carbonização.

Sem acordo, Comissão Mista de Orçamento adia reuniões

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Pimenta (PT-RS), cancelou as reuniões marcadas para ontem e hoje, quando seria examinado, entre outros itens, o relatório preliminar da proposta orçamentária.

Não há acordo para votar o texto do relator-geral, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Antes de anunciar o cancelamento, Pimenta alertou que o atraso pode inviabilizar a votação do Orçamento ainda este ano.

As próximas reuniões da CMO estão marcadas para os dias 20 e 21.

Avança MP sobre parcerias público-privadas

Foi aprovado ontem relatório de Sérgio Souza (PMDB-PR) favorável à Medida Provisória (MP) 575/12. O texto altera a Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que tem normas gerais para licitação e contratação na administração pública.

Na terceira reunião da comissão mista criada para examinar a MP, Anibal Diniz (PT-AC) e os deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Jerônimo Goergen (PP-RS) e João Magalhães (PMDB-MG) retiraram pedidos de destaque para avançar na votação. Eles

pretendem voltar a apresentar os requerimentos no Plenário da Câmara, semana que vem.

A MP permite que União, estados e municípios destinem recursos para que parceiros privados construam ou adquiram bens em contrato de parceria. Os aportes serão feitos proporcionalmente às etapas concluídas. Pela lei em vigor, os recursos são repassados após a conclusão das obras.

A proposta assegura tratamento distinto para o parceiro privado, com diluição do prazo de pagamento dos tributos federais. Haverá dispensa, por exemplo, do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do PIS-Pasep e da Cofins.



Sérgio Souza (E) apresentou parecer favorável à aprovação da medida provisória

Malta pede ao governo que ajude brasileiros presos no Senegal

Magno Malta (PR-ES) comentou a prisão de dois missionários brasileiros no Senegal. José Dilson da Silva e Zenaide Moreira Novaes foram presos sob a acusação de acolher e evangelizar crianças de rua sem a autorização dos pais e de cometer maus-tratos.

Segundo informações repassadas ao senador, os missionários presos na semana passada devem ir a julgamento hoje. Ele se disse intrigado com a rapidez.

Malta declarou que entrou em contato com o ministro das Relações Exteriores, com o presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil e com o embaixador do Senegal no país para encontrar uma solução.

Suplicy celebra em Plenário o Dia Nacional da Umbanda

Eduardo Suplicy (PT-SP) falou ontem sobre o Dia Nacional da Umbanda, comemorado em 15 de novembro, segundo a Lei 12.644/12.

O senador ressaltou a importância da religião, que nasceu após a abolição da escravidão, numa época em que cultos de origem africana eram tratados como caso de polícia.

— A umbanda resistiu e absorveu elementos do catolicismo e do espiritismo; cresceu, diversificou-se e é tão plural quanto a alma brasileira — disse o senador.

Suplicy saudou umbandistas de todo o país e salientou que muitos valores católicos são também encontrados naqueles que praticam a umbanda, principalmente o respeito pelo próximo.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sites de transparência deverão unificar inclusão de dados sobre Copa

Proposta passou em comissão e irá para o Plenário; hoje cidades-sedes precisam dar informações separadas ao site do Senado e ao da CGU

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a proposta que unifica a inclusão de dados no portal de transparência da Copa do Mundo de 2014 do Senado e no portal mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU). Agora, o projeto segue para votação final no Plenário.

O presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), explicou que a medida atende um princípio de racionalidade. Atualmente, o gestor de cada cidade-sede dos jogos é obrigado a alimentar separadamente os dois portais com vários tipos de informação sobre as obras de estádios e avenidas e sobre a liberação de recursos, por exemplo.

— A unificação evitará o duplo trabalho de preenchimento de um mesmo conjunto de dados em portais diferentes, além de garantir a uniformidade das informações publicadas — afirmou Rollemberg.

Os portais têm o objetivo de ampliar a fiscalização das ações para a Copa. Denominado Copa Transparente, o portal



Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg e Pedro Taques em reunião da CMA: aprovado projeto sobre dados da Copa 2014

sob a gestão do Senado foi lançado em junho de 2011. O preenchimento e a atualização são condições indispensáveis para a liberação de parcelas dos financiamentos oficiais para obras programadas em cada cidade-sede.

Quem sugeriu a unificação foi a CGU, gestora do portal Copa 2014, a partir de demanda dos gestores das cidades-sedes. São esses gestores que respondem pela fidedignidade e qualidade das informações, que são periodicamente inspecionadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelos tribunais de contas dos estados.

— A proposta da CGU não defende a unificação dos

portais, mas uma entrada comum e compartilhada dos dados — explicou Rollemberg.

Independência

Se a proposta de unificação for confirmada no Plenário, deverá ser firmado um protocolo de intenções entre o Senado, a CGU e o TCU. O objetivo é definir os parâmetros técnicos que garantam a independência dos portais, como defendem os integrantes da CMA.

Em audiência realizada em 16 de outubro, a comissão já havia debatido a ideia da unificação, com participação da CGU e do TCU. O presidente da CMA endossou a cobrança do senador Pedro Taques

(PDT-MT) para que a iniciativa não representasse perda da capacidade de fiscalização sobre o Executivo.

Rollemberg defende que, por isso, o Senado tenha acesso aos dados em tempo real, de forma automática, “sem qualquer filtro ou controle prévio”. Ele lembrou que os dados publicados no portal da CGU passam por filtro para a correção de “erros grosseiros” de preenchimento ou outras inconsistências.

— O portal do Senado, desde sua criação, busca a transparência dos repasses públicos, focando na responsabilidade do próprio gestor no preenchimento dos dados — disse Rodrigo Rollemberg.

Gestão sustentável de recursos pesqueiros será tema de audiência

Foi aprovado ontem requerimento de Pedro Taques (PDT-MT) para audiência pública, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), sobre gestão sustentável dos recursos pesqueiros. A CMA também aprovou pedido de informações aos ministros da Pesca, Marcelo Crivella, e do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobre políticas para o setor conforme compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio-92). Os pedidos de informação também foram

requeridos pelo senador.

A CMA ainda aprovou relatório de Taques sobre três avisos: o 36/12, pelo qual o TCU encaminha cópia de recurso de reconsideração, interposto pelo Banco Central, contra acórdão para prestação de contas de 2006; o 6/12, sobre ações de governo para a Copa de 2014 nas áreas aeroportuária, mobilidade urbana, estádios e turismo; e o 17/12, sobre dados do portal de acompanhamento de gastos para a Copa de 2014.

Comissão adia votação de projeto sobre emissão de gás carbônico

Projetos que tramitam nas comissões em caráter terminativo — votação final caso não haja recurso para análise em Plenário — exigem quórum especial. Por isso, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) precisou adiar ontem a votação de algumas propostas.

Entre os projetos incluídos na pauta de ontem da comissão, cuja votação foi adiada, está o PLS 55/08, de Gim Argello (PTB-DF), que determina níveis máximos de emissão de dióxido de

carbono (CO₂) por veículos automotores fabricados no Brasil.

Também foi adiada a votação da proposta de Alvaro Dias (PSDB-PR) que obriga a publicação de dados sobre projetos culturais que tenham captado recursos por meio de renúncia fiscal e que não foram objeto de avaliação final pelo Ministério da Cultura (PLS 22/12).

As propostas cujas votações foram adiadas ontem voltarão à pauta da CMA.

Proposta de Ferraço disciplina mediação de conflitos judiciais

Ao saudar a realização da 7ª Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu a votação do projeto de sua autoria que disciplina o uso da mediação como instrumento para prevenção e solução consensual de conflitos.



Pedro Ferraço/Agência Senado

Segundo o senador, o PLS 517/11 — que será examinado em caráter terminativo pela CCJ — ajudará a reduzir o “mar de processos” que aguardam decisão na Justiça.

A mobilização do CNJ termina hoje.

Mozarildo defende financiamento público de campanhas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu aos senadores que se mobilizem pela reforma política. Para ele, o financiamento público



Pedro Ferraço/Agência Senado

das campanhas precisa ser debatido, já que hoje seriam financiadas por empresas interessadas em obter contratos públicos depois.

— Quando se fala em financiamento público de campanha, há uma certa reação da população, mas o que acontece é que as campanhas já são financiadas com recurso público, só que de maneira corrupta, de maneira desonesta.

Indenização de ocupante de terra indígena volta à pauta

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse crer que seja possível votar hoje a proposta de emenda Constitucional (PEC 71/11) que obriga a União a indenizar detentores de títulos de domínio de terras indígenas expedidos até 5 de outubro de 1988. O primeiro signatário da PEC é o senador Paulo Bauer (PSDB-SC).

Dúvida sobre a constitucionalidade da matéria levou a um pedido de vista coletivo, que adiou a votação na semana passada. Parecer do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) é favorável à aprovação da proposta de emenda constitucional.



Ano Volpe/Relações Públicas

O Senado, a Câmara e o Tribunal de Contas da União decidiram ontem que o tema do 1º Encontro das Ouvidorias do Legislativo Federal, em 6 de dezembro, no Interlegis, será “Transparência e controle social — os desafios do Poder Legislativo”. Participaram da reunião, no Senado, Eduardo Duailibe, ouvidor do TCU; Regina Fontes, coordenadora da Ouvidoria do Senado; Antônio Marcos Mousinho, secretário-geral-adjunto do Senado; Rodrigo Cagiano, diretor da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento; Espedita Milani, da mesma secretaria; Márcia Bittencourt, da Ouvidoria do TCU; Ruy Siqueira, chefe de gabinete da Ouvidoria da Câmara; e Cleonice Santos, também da Ouvidoria da Câmara.



Senadora Ana Rita, relatora da CPI, e deputada Keiko Ota, vice-presidente, conduzem audiência pública em Campo Grande

Falta de assistência a índias preocupa CPI da Mulher

Em Mato Grosso do Sul, grupo que investiga violência contra mulheres identificou falta de políticas específicas para indígenas, negras e quilombolas. Estrutura geral da Justiça também foi analisada

A FRAGILIDADE DAS políticas específicas para mulheres indígenas, negras e quilombolas preocupou a CPI mista que investiga a violência contra a mulher, na passagem por Mato Grosso do Sul. O grupo, que ontem realizou audiência pública na Assembleia Legislativa do estado, recebeu denúncias de violência doméstica e familiar nas aldeias indígenas, de descaso no atendimento e de recusa dos órgãos públicos em atender as vítimas.

Outro problema identificado foi a falta de pessoal nas unidades de saúde e nos órgãos ligados à segurança pública para um atendimento direcionado, como intérpretes para ajudar nos boletins de ocorrência.

Lideranças caietés-guaranis e terenas reclamaram da omissão das autoridades locais e do governo do estado, denúncias reforçadas em reunião da CPI com o movimento de mulheres de Mato Grosso do Sul.

Elas contaram que os policiais “debocham” dos relatos. Lembraram ainda dificuldades em assentamentos e nas fronteiras do estado, onde índias são espancadas pelos maridos índios e por não índios.

— Quando uma criança e uma mulher são espancadas,

o conselho tutelar e as delegacias não querem atender. Eles dizem que não é competência do estado, mas da União cuidar da segurança — relatou Marlene Almeida, índia caieté, da aldeia Sucuri’y, em Maracaju.

Ao responder a denúncias semelhantes, de que os órgãos estaduais de segurança se recusam a entrar nas aldeias, o secretário estadual da área, Wantuir Jacini, disse que isso acontece quando se trata de prevenir a violência.

Lideranças reclamam da falta de intérpretes em órgãos públicos de saúde e segurança

— Não temos competência para agir nesses casos — afirmou.

Jacini contou que mais de 400 perícias foram feitas em aldeias indígenas. Entre elas, uma recente,

sobre um estupro atribuído a um não índio, na região de Iguatemi.

Além de promover a audiência pública, a CPI fez diligências na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, no Centro de Referência no Atendimento à Mulher, no Poder Judiciário e na Promotoria Pública de Campo Grande. Também visitou o governador André Puccinelli, a subsecretária de estado da Mulher, Tai Loschi, e a aldeia urbana indígena Água Bonita, na capital.

No estado, foi constatada a inexistência de um organismo forte e independente, como uma secretaria estadual da mulher, e número insuficiente de delegacias especializadas em Campo Grande e no interior para atender as vítimas.

Justiça

Outro problema debatido na audiência foi o excesso de processos tramitando na Vara de Violência Doméstica e Familiar.

— Isso certamente levará à prescrição de muitos deles, o que é a total negação do acesso das mulheres à Justiça — afirmou a relatora da CPI, senadora Ana Rita (PT-ES).

No entanto, o presidente do Tribunal de Justiça do estado, Hildebrando Coelho Neto, confirmou a instalação, no dia 23, da 2ª Vara de Violência Doméstica, decisão elogiada por Ana Rita. Hoje, tramitam pela vara especializada mais de 7 mil processos, número bem acima das varas criminais e de família, que, em geral, não têm mais de 1.500 processos.

A CPI decidiu, ainda, convocar para depor, em Brasília, a secretária estadual de Saúde, Beatriz Figueiredo Dobashi, que não compareceu ao debate.

O próximo estado a ser visitado pelo grupo é o Amazonas. A comissão estará em Manaus nos dias 22 e 23 deste mês.

Comissão pede à Justiça urgência na volta de crianças para a Bahia

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o tráfico de pessoas aprovou ontem o requerimento de Lídice da Mata (PSB-BA) para que o atual juiz de Monte Santo (BA), Luiz Roberto Cappio Guedes, seja oficiado a apreciar com urgência o pedido do Ministério Público da Bahia para que os filhos de Silvânia Maria da Silva e Gerônimo de Brito retornem à família biológica.

O pedido foi feito tendo em vista os fortes indícios de irregularidades nos processos de adoção que transferiram as crianças para famílias substitutas, em junho do ano passado. Dos cinco filhos do casal, os dois mais velhos estão em Campinas (SP) e os outros foram para Indaiatuba, cidade vizinha.

A comissão aprovou mais três requerimentos. Um

deles solicita ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a indicação do responsável pela manutenção e gerenciamento do Cadastro Nacional de Adoção a fim de que preste esclarecimentos.

Os outros dois requerimentos pedem que os presidentes do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) informem à CPI se existem procedimentos instaurados sobre notícias recentes envolvendo adoções ilegais de crianças na Bahia. Caso haja, devem enviar cópias dos autos à comissão.

A CPI — que tem Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) como presidente e Lídice como relatora — também marcou para 3 de dezembro uma diligência em Natal com o objetivo de apurar casos de tráfico infantil noticiados pela imprensa.



Lídice, relatora da CPI e autora do requerimento de pedido de urgência

Davim diz que tráfico de pessoas movimentará US\$ 30 bilhões por ano

O tráfico de pessoas movimentará US\$ 30 bilhões por ano e 10% desse valor passa pelo Brasil. As estimativas foram apresentadas ontem em Plenário por Paulo Davim (PV-RN), integrante da CPI do Tráfico de Pessoas.

O senador disse que 240 rotas estão no Brasil. Crianças e mulheres pobres são as vítimas mais frequentes, em geral submetidas a exploração sexual, trabalho forçado, adoção ilegal ou comercialização de órgãos.

Davim comunicou que segunda-feira a CPI esteve em Salvador, onde fez audiência sobre a possível existência de quadrilha de tráfico humano

no sertão baiano, onde teria havido retirada forçada de cinco crianças de um casal da cidade de Monte Santo, em adoção irregular.

— Saí da audiência convencido da participação de uma quadrilha especializada — afirmou Davim.

A CPI fará audiência em Natal no dia 3 de dezembro.



Vital do Rêgo presidirá comissão sobre transposição do São Francisco

A comissão externa que acompanhará as obras de transposição do Rio São Francisco elegeu ontem Vital do Rêgo (PMDB-PB) para presidente e Cícero Lucena (PSDB-PB) para vice. Humberto Costa (PT-PE) será o relator.

O colegiado foi proposto por Cícero, em março, com o objetivo de acompanhar todas as ações ligadas ao Projeto de Integração do São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Segundo o senador, “trata-se de uma obra estruturante e fundamental para a sobrevivência humana em alguns estados”.

Lídice comemora ações federais a favor de estados atingidos pela seca

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou as iniciativas do governo federal para auxiliar os estados do semiárido nordestino atingidos pela forte seca deste ano.

A senadora esteve, com a presidente Dilma Rousseff e o governador da Bahia, Jaques Wagner, na inauguração de uma adutora em Guanambi (BA), considerada solução para o enfrentamento das dificuldades de abastecimento da região.

Ela lembrou ainda a aprovação da Medida Provisória da Seca e o anúncio da ampliação do Programa Garantia-Safra, outros feitos do governo federal em prol da região.

Humberto: governo age para socorrer população do semiárido

Humberto Costa (PT-PE) comentou as medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff para o enfrentamento dos efeitos da seca no Nordeste.

As ações emergenciais incluem a utilização de carros-pipa, a recuperação de poços artesianos, a oferta de milho subsidiado, a transferência de recursos para assistência à população e linhas emergenciais de crédito. Há, ainda, concessão de benefícios do Bolsa Estiagem e do Garantia-Safra.

— Com essas duas medidas, garantimos renda para 1,5 milhão de famílias atingidas pela seca.

